



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003250-70.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **WALTER DA SILVA**
Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor postula a reativação de sua linha telefônica, tendo em vista que a mesma teria sido bloqueada injustificadamente pela ré.

Ao longo do feito restou demonstrado que a reativação sucedeu, mas não de forma completa.

Nesse sentido, e diante do que o autor informou a fl. 32, foi expedido mandado de constatação cujo resultado está positivado na certidão de fl. 38.

Apurou-se então que a linha telefônica em apreço não funciona regularmente, porquanto foi possível uma ligação através da mesma, mas na medida em que o autor se deslocava pelo interior do imóvel surgiram falhas de áudio e corte da fala, até que a ligação caiu.

O mesmo sucedeu quando o Oficial de Justiça encarregado da diligência ligou para a linha aludida, pois a ligação após iniciar-se bem caiu depois.

A ré não refutou o teor dessa prova, a qual em consequência deve ser aceita.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

O quadro delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

O pedido inicial – ativação da linha telefônica do autor – deve ser entendido com o propósito de que ela esteja em condições de completa utilização, fazendo e recebendo ligações sem quaisquer intercorrências.

Tal situação ainda não está presente, como se viu na certidão de fl. 38, de sorte que persiste a falha na prestação dos serviços a cargo da ré.

Bem por isso, e visando a sanar tal falha, é que prospera a postulação exordial.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a restabelecer o normal funcionamento da linha telefônica nº (16) 3201-2947 no prazo máximo de dez dias, viabilizando sua utilização com a realização e recebimento de chamadas sem intercorrências, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pela autora, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Independentemente do trânsito em julgado da presente, intime-se a ré desde já pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 23 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**